

# **Rede de Comercialização Solidária: construindo a fortalecimento do Assentamento Maria Rosa do Contestado**

**Jonas Merrett<sup>1</sup>; Adriano da Costa Valadão<sup>2</sup>; Victor Emanuel Santos Borges<sup>3</sup>,  
Reidy Rolim de Moura<sup>4</sup>**

## **GT 5 – Desenvolvimento Territorial, Transição Agroecológica e Alimentos**

### **Resumo**

Este trabalho discute a experiência de extensão desenvolvida com o Assentamento Maria Rosa do Contestado na cidade Castro – PR e a IESol – Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Esta experiência consistiu na articulação de uma Rede entre produtores agroecológicos e consumidores. Essa rede configura-se como um processo articulado de logística, planejamento de pontos de entrega e mobilização de consumidores solidários, contribuindo para o fortalecimento da agricultura camponesa como alternativa de abastecimento alimentar saudável, justa e sustentável. O método adotado fundamentou-se na extensão universitária de base popular, pautada na escuta ativa, na construção participativa e no acompanhamento técnico contínuo às famílias envolvidas. Entre os principais resultados, destaca-se a ampliação da visibilidade do assentamento como espaço de resistência e existência no campo, além da consolidação de uma base organizativa que possibilita a formalização da atuação das famílias como produtoras agroecológicas. Essa experiência contribuiu para a valorização do território e dos saberes locais, apoiou a viabilização do assentamento Maria Rosa do Contestado e de uma transição para sistemas alimentares mais sustentáveis e democráticos.

**Palavras-chave:** Economia solidária; Agroecologia; Comercialização direta; Assentamento rural; Extensão universitária

---

<sup>1</sup> Economista/UEPG Estadual de Ponta Grossa; Ponta Grossa, Paraná, Brasil. [jonasmerrett026@gmail.com](mailto:jonasmerrett026@gmail.com); ORCID: 0009-0007-1504-8719

<sup>2</sup> Dr. Em Sociologia; IESol/UEPG; Ponta Grossa, Paraná, Brasil. [adrianocv01@yahoo.com.br](mailto:adrianocv01@yahoo.com.br); ORCID: 0000-0002-7089-5423.

<sup>3</sup> Estudante do Curso de Serviço Social; Departamento de Serviço Social/IESol/UEPG; Ponta Grossa, Paraná, Brasil. E-mail: [23005165@uepg.br](mailto:23005165@uepg.br); ORCID: 0009-0003-5030-8011

<sup>4</sup> Dr<sup>a</sup> Sociologia Política; Departamento de Serviço Social/Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas/ IESol / UEPG; Ponta Grossa, Paraná, Brasil, [reidymoura@gmail.com](mailto:reidymoura@gmail.com) . ORCID: 0000-0001-6170-3074

## 1 INTRODUÇÃO

O Assentamento Maria Rosa do Contestado é constituído por 60 famílias ligadas do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que ocupam uma área de cerca de 440 hectares no município de Castro. Sendo a área de propriedade da união, a legislação brasileira, principalmente através da Lei Agrária (Lei 8629/1993) estabelece que as áreas públicas devem ser priorizadas para a realização de assentamentos rurais. Dessa forma, em 2004 o INCRA-PR, considerando seu uso irregular, requisitou a área para realização de assentamento rural, o que iniciou um longo processo judicial com União buscando retomar a posse da área. Em 2014, com base na legislação citada, a Justiça Federal deu ganho de causa à União, solicitando a reintegração de posse. Considerando que a reintegração do foi cumprida pelas forças policiais, em 24 de agosto de 2015, cerca de 250 famílias sem-terra oriundas do Município de Castro e região.

Albach et al (2022, p.52) apontam que as famílias seguem a orientação do movimento social (MST) ao realizar sua produção com base na agroecologia e visando a demanda de alimentos saudáveis pela sociedade. Ainda destacamos que as elites locais, ligadas a grandes cooperativas dos agronegócios envidaram esforços para recuperar a área, seja no âmbito jurídicos e no âmbito político. Dessa foram as famílias resistiram na área, seja atuando em processo contra o pedido de reintegração e resistindo a partir da articulação com diversos atores políticos e sociais como forma de ter apoio para a continuidade da ocupação.

A principal dificuldade detectada junto à comunidade foi a dificuldade da comercialização e a busca por agregar valor a partir do desenvolvimento de processos de beneficiamento da produção. Para comercializar a produção em seus primeiros anos foi feito de forma precária por algumas famílias que possuíam algum veículo a iam de porta em porta tentar vender a produção. Este sistema feito por algumas famílias em carros particulares e era extremamente limitada, não raro ocorria perda de grande parte da produção. Ainda as famílias fundaram uma Cooperativa a Coofram – Cooperativa de Trabalhadores Rurais e da Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado para organizar e apoiar os processos de produção e comercialização. Mas, por outro lado, como as famílias não estavam em situação regular elas não conseguiram emitir notas de produtor, inviabilizando a participação em mercados institucionais por exemplo.

Com a articulação com apoiadores, o Maria Rosa do Contestado articulou a atuação de universidades nas suas ações. Por um lado, a UFPR, através do apoio projetos de extensão e pesquisa, apoiou no processo de planejamento da área e organização da área e na discussão jurídica na tentativa de as organizações do agronegócio retomarem a área. Por outro lado, em relação a produção e certificação orgânica da produção, tiveram apoio da UEPG através de projetos do Curso de Agronomia. Neste processo as famílias procuraram a IESol – Incubadora de Empreendimentos Solidários, programa de extensão da UEPG, para apoiar neste processo da comercialização.

A partir do trabalho de incubação da IESol, foi articulada a Rede de Produtores e Consumidores Maria Rosa do Contestado, que durou entre os anos de 2018 a 2024. Essa experiência proporcionou a ampliação da comercialização da produção para consumidores no município de Ponta Grossa e também Castro e Carambeí. Ainda junto a esse projeto se articulou equipamentos para iniciar uma cozinha comunitária que possibilitou o início do beneficiamento da produção de pães, bolos, macarrão e conservas.

Desta forma, este texto tem o objetivo de analisar a experiência da Rede Maria Rosa do Contestado, destacando principalmente as conquistas e limitações desta experiência.

## **2 PERCURSO METODOLÓGICO**

A área da comunidade Maria Rosa do Contestado foi ocupada em 24 de agosto de 2015, está situada a cerca de 10 quilômetros da sede do município de Castro e era de propriedade da União. Desde 2004, a área era ocupada irregularmente por uma fundação de pesquisa ligada a grandes cooperativas do agronegócio regional e era denominada Fazenda Capão do Cipó. Dentro dessa fazenda ainda funcionava o CPT – Centro de Treinamento Agropecuário, a qual era utilizada principalmente para treinamento na produção leiteira principalmente por Castro ser considerada a principal bacia leiteira do Brasil.

Em 2018 a comunidade, através da ação de docentes da UEPG que visitaram a comunidade, se aproxima da IESol e manifesta o interesse no processo de incubação. O processo de incubação, é baseado na experiência de diversas, incubadores de economia solidária. Essa metodologia foi construída a partir do estabelecimento de três fases, pré-

incubação (aproximação e diagnósticos iniciais), incubação (processo de incubação) e desincubação (quando o grupo já tem uma relativa autonomia). A este processo, a IESol ainda incluiu uma fase chamada de pós-incubação (Valadão et al 2018). Esta última fase está ligada a uma manutenção do vínculo com a IESol e ocorre através de assessorias pontuais, apoio na articulação entre outros EES e no movimento da economia solidária em geral.

Esta pesquisa também incorporou a análise de documentos produzidos pela IESol, disponíveis em tanto em formato físico quanto digital. Os materiais documentais examinados abrangem relatórios anuais do programa, relatórios de projetos e relatórios internos de atividades referentes aos grupos incubados.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **Economia solidária e agroecologia**

A transição para o regime democrático em fins dos anos 1970 ocorreu em um cenário de crise socioeconômica. Se por um lado se buscava a instalação de um regime democrático, por outro havia a luta por melhores condições de vida, que em grande parte se materializava na articulação de movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos em que bandeiras de melhores salários, empregos, acesso à terra entre outras ganhavam destaque e acabaram por desenvolver diversas proposições para buscar soluções para os problemas de uma sociedade capitalista.

Nesse cenário de busca por uma sociedade mais justa e solidária, emergiram entre os anos 1980 e 1990, práticas e bases conceituais do que hoje se conhece como Economia Solidária e Agroecologia. A Economia Solidária surge, em grande parte, como uma resposta a contextos de alto desemprego e crise econômica. Grupos de trabalhadores e trabalhadoras buscaram soluções coletivas para a geração de renda, considerando as dificuldades em conseguir um emprego formal. Em parte, esses grupos recebiam o apoio de militantes sociais e agentes ligados a pastorais sociais que apontavam para a busca destas soluções coletivas. Esses grupos, embora em grande parte possa-se inferir que tinham pouco conhecimento sobre o Movimento Cooperativista do século XIX, retomam de certa forma seus princípios e os ressignificam a luz de um novo momento. Paul Singer (2002), destaca que essa vasta gama de iniciativas em desenvolvimento, que se articulam desde o nível local até em redes mais amplas, e acaba por se constituir em um movimento

de Economia Solidária, caracterizado pela autogestão e pela primazia das pessoas sobre o capital.

Por outro lado, em um movimento que teve origem em agricultores resistentes à agricultura moderna, ao uso de agrotóxicos, no movimento de contracultura dos anos 1960 e na proposição de diversas formas de agricultura alternativas que tinham como ponto comum a crítica ao uso de agroquímicos emerge a Agroecologia. Este se apresenta mais que uma proposta crítica à superexploração ocasionada pela agricultura moderna, mas também fornece bases científicas que era uma das principais críticas dos defensores da agricultura convencional, que não as agriculturas alternativas não tinham base em uma racionalidade científica. Neste contexto, emerge o conceito de agroecologia a partir de pesquisas acadêmicas na qual os trabalhos publicados nos anos 1980 de Miguel Altieri e Stephen Gliesman. (Altieri, 2000 e Gliesman, 2000), que ao estudar sistemas agrícolas camponeses na América Latina, principalmente no México, constatou a sustentabilidade desses sistemas sob perspectivas social, ambiental e econômica.

Estes autores contribuem para ressignificar o termo agroecologia, definindo-o como um campo científico que busca analisar e propor soluções agrícolas substancialmente mais sustentáveis. As primeiras publicações destes autores apresentavam um viés mais técnico ligado as ciências agrárias e ambientais, mas com o passar do tempo, novas contribuições como a de Sevilla Guzman (2000) a dimensão social ganha força também com a compreensão das formas de exploração e dependência que os agricultores estão submetidos. Passa-se a questionar a destruição das culturas camponesas com base no mito da superioridade do mundo urbano sobre o rural, e do campo apenas como um local de produção de mercadorias, a agroecologia, incorpora uma dimensão subversiva e crítica (Sevilla Guzman; López Calvo, 1993).

Ao longo dos anos 1990 se articula o que pode ser chamado de Movimento Agroecológico (Brandenburg, 2002). Assim, a agroecologia incorpora contribuições das ciências sociais e é assumida como uma bandeira de luta pelos movimentos sociais do campo, que veem nela um caminho para a soberania alimentar e a justiça socioambiental.

Ao longo dos anos 2000 esses dois movimentos ganham força e amplitude em diversas partes do mundo, mas sobretudo na América Latina e especialmente no Brasil, onde movimentos sociais do campo incorporam a defesa da agroecologia pelos agricultores de

base camponesa, com diversas iniciativas e políticas incorporando questão da agroecologia. Da mesma forma experiências de economia solidária de espalham por todo o território chegando a ser criada uma Secretária Nacional de Economia Solidária pelo Governo Federal no ano de 2003, na qual Paul Singer foi seu primeiro secretário.

Como apontado, as iniciativas de economia solidária e agroecologia, quando articuladas de maneira mais ampla e "não como iniciativas isoladas, suas ações de promoção [...] em diferentes escalas, incorporam, também, dimensões de um movimento social" (Schmitt; Tygel, 2009, p. 106). Para essas organizações e grupos, "a resistência ao capitalismo e a sobrevivência dentro do capitalismo fazem parte de uma mesma equação" (Schmitt; Tygel, 2009, p. 106), evidenciando a dualidade e a complexidade de suas estratégias. Entre as estratégias que estes grupos agroecológicos têm desenvolvidos, principalmente na produção de alimentos está a organização de redes alimentares, redes que buscam uma ligação direta com os consumidores e buscando não se subordinar aos mercados convencionais.

O mercado de alimentos tem apresentado uma forte concentração de grandes empresas transnacionais. Essas empresas frequentemente atuam desde a produção de agrícola com oferta de insumos como sementes, agroquímicos, atuando na produção diretamente, logística e processamento dos alimentos, medicamentos e outros produtos. Van der Ploeg (2008) aponta que essa concentração de poder constituiu verdadeiros impérios agroalimentares, que se pode perceber pela padronização mundial de muitos produtos alimentares, mercados em diferentes partes do mundo tem as mesmas empresas fabricantes de alimentos, principalmente os industrializados, concentrando cada vez mais renda e poder. Além dessa padronização é um sistema que promove a destruição ambiental, o consumo de ultraprocessados, amplo uso de agroquímicos e muitos outros problemas ambientais e sociais.

Como forma de resistir a esse modelo as redes alimentares alternativas são apontadas como uma categoria para designar canais de comercialização alternativos à forma de comercialização utilizadas pela agricultura agroindustrial ligadas aos impérios agroalimentares acima apontados. São articuladas a partir de princípios como a cooperação, parceria entre produtores e consumidores, reconexão da produção e do consumo a partir de padrões sustentáveis, centralidade ao mercado local, identidade territorial e de produtos com qualidade diferenciada (Dalrot *et al*, 2016).

Essas redes alimentares se constituem basicamente como o que é chamado de circuito curto de comercialização, na qual geralmente se aponta como o reduzido número de intermediários entre o consumidor e o produtor como sua principal característica. Mas Dalrot *et al* (2016) a partir de pesquisa comparativa entre grupos desta natureza entre o Brasil e França, ainda aponta que o fornecimento de informações é igualmente importante nestes grupos. Estas informações são referentes a quem produziu, onde produziu e como foi produzido (por exemplo, agroecológico ou orgânico). O autor destaca ainda que pesquisas apontam que das relações de poder nestas redes, que não está centrada no processo de troca, ou seja, em intermediários ou em grandes redes de distribuidores, mas sim “devem estar a favor dos produtores e consumidores” (Dalrot *et al*, 2016, p.6).

No Brasil, as Redes de Consumidores e Produtores podem ser caracterizadas como Grupos de Consumo Responsável (GCR). Neste sentido, o Instituto Kairos realizou trabalhos para identificar e estimular a organização de grupos desta natureza. Este trabalho chegou a mapear 31 iniciativas neste sentido (Rede..., 2020) que tinham as características de estimular a oferta de pequenos agricultores e dar acesso aos consumidores a preços mais acessíveis principalmente de produtos agroecológicos.

Mascarenhas e Gonçalves (2016, p. 136) apontam inúmeros desafios dos GCRs, como garantir a autogestão dos grupos, a transparência, dar atenção a questões de gênero, jovens, etnias, comunicação entre outros; e principalmente “promover uma reflexão mais aprofundadas nos consumidores que os estimulem a compreender a história do produto e suas consequências”. Ademais, as autoras (2016, p. 137) destacam essas experiências de GCR como:

(...) pequenas sementes espalhadas pelo mundo que produzem o novo construindo práticas de comercialização e consumo que vão além das relações comerciais, pois questionam o consumismo e buscam recriar dinâmicas sociais, políticas e econômicas mais justas e solidárias, a partir da organização coletiva do consumo.

Neste sentido, têm-se diversas experiências de rede de consumidores e produtores com base nos princípios da economia solidária e apoio de incubadoras de economia solidária no Brasil. Destacamos aqui a experiências da Rede “Trem Bão”, no estado de São Paulo. Essa Rede foi criada em 2008, comercializando produtos de assentamentos e agricultores familiares na Região de Assis em São Paulo. Esta Rede, de acordo com Carvalho, Lauer, Basoli (2023) surgiu a partir da constatação da dificuldade de comercialização da produção destas comunidades, que estavam limitadas às Políticas Públicas de Aquisição de Alimentos, através do PAA que tinha valores muito baixos disponíveis por projeto naquele momento, apesar de garantir uma pequena e importante

renda aos agricultores. A segunda alternativa eram os atravessadores, as exigências de padronização, quantidades e valores pagos não eram atrativos aos agricultores com preços baixos e dificuldades em manter um mesmo padrão dos produtos. A partir da atuação da Incubadora de Cooperativas Populares - INCOP, do Campus de Assis da Universidade Estadual Paulista fomentou-se a criação da Rede “Trem Bão”. Atualmente a mesma tem contribuído para a geração de renda, a aproximação de produtores e consumidores, proporcionando espaço rico de aprendizado entre os envolvidos, valorizando o trabalho e ampliando o interesse da agroecologia pelos agricultores e o avançando na discussão de preço justo e solidário.

Essa experiência foi importante para pensar a Rede de Produtores e Consumidores Maria Rosa do Contestado, considerando que uma das técnicas da IESol também já tinha atuado na INCOP em Assis e trouxe sua experiência para pensar a formatação, eventuais problemas e soluções para sua formatação inicial.

### **Rede de Consumidores Maria Rosa do Contestado**

Com o início de um processo de incubação do Acampamento Maria Rosa do Contestado, se constatou que à prática das famílias já muito se aproximava dos princípios da economia solidária. Os agricultores tomavam decisões coletivas, a solidariedade estava presente, se buscavam soluções coletivas para as famílias e plantavam com base na agroecologia e se articulavam com a Rede Ecovida de Certificação Participativa.

Por outro lado, a principal dificuldade estava ligada a comercialização. Ações como participação em feiras na UEPG, oficinas de práticas agroecológicas, articulação de uma cozinha para beneficiamento mínimo da produção foram desenvolvidas. Em um primeiro momento se pensou na comercialização principalmente na Feira Solidária da UEPG, no qual a IESol já tinha essa possibilidade de oferecer as famílias, mas as tentativas não foram financeiramente viáveis, apesar de relatarem a importância de participar, o custo de deslocamento, o volume de vendas, a existência já de outro grupo que também comercializa agroecológicos mostrou limites para que o Maria Rosa conseguisse viabilizar financeiramente a participação na feira.

A principal proposta partindo da IESol era a comercialização através de Grupos ou Redes de consumidores com pedidos prévios. O que praticamente eliminaria eventuais

perdas com colheita não comercializada, já daria o volume a ser comercializado e se ajustaria a necessidade de qual transporte poderia dar conta. Além disso se vislumbrava a comercialização através de mercados institucionais, o que era extremamente limitada pois as famílias não tinham direito a nota fiscal de produtor por questões legais e ainda por estarem em situação irregular na terra.

Inicialmente se desenvolveu algumas tentativas de organização de consumidores no município de Castro, principalmente com um público potencialmente interessado pelo consumo de alimentos mais saudáveis. Geralmente pessoas com maior nível de escolaridade e com um certo poder aquisitivo, perfil comum entre consumidores de produtos orgânicos. Os resultados dessas primeiras tentativas foram bastante tímidos, o que pode ser atribuído a vários fatores como a dispersão do público por diferentes locais e dificuldades de conciliação de horários, resultado em encomendas muito pontuais (cerca de dois a três pedidos por entrega).

Considerando as limitações de organização da Rede no município de Castro se amadureceu a proposta de uma Rede com Produtores na cidade de Ponta Grossa, distante cerca de 60 quilômetros e que sendo uma cidade maior, com uma população estimada em aproximadamente 350 mil habitantes, onde 98% dessas pessoas moravam na área urbana. A equipe da IESol avaliava que existiam possibilidades mais concretas de avanço da Rede neste município, principalmente por haver um grupo de pessoas (principalmente docentes) ligadas à UEPG que tinham interesse no consumo de agroecológicos.

De acordo com Wynnek et al, (2024), as primeiras encomendas realizadas na cidade de Ponta Grossa, foram articuladas por membros da IESol e pessoas próximas. As primeiras entregas foram organizadas com apoio da IESol que divulgou uma lista de produtos disponíveis e organizou os pedidos e realizou as primeiras entregas aproveitando o deslocamento da equipe para as atividades de incubação. Em maio de 2019 foi organizada a primeira entrega com um total de 13 pedidos. Quando se iniciou a organização destes contatos via grupo de aplicativo de mensagens (*WhatsApp*) e durante os próximos meses eram incorporadas outras interessadas. O sistema de inclusão de pessoas era basicamente a partir de indicações e divulgação dos próprios consumidores para conhecimentos que já tinham esse interesse por alimentação mais saudável e que também eram simpáticas as causas dos movimentos sociais.

Mensalmente eram realizados encontros onde eram discutidos o andamento da Rede, problemas e questões relacionadas a rede e realizadas formações sobre economia solidária e questões práticas da organização da própria rede de consumidores. Destacamos por exemplo a formação sobre a formação de preços. As famílias demandaram em saber quanto cobrar pelos produtos, pois não tinha noção clara de como precificá-los. A partir dos princípios da Economia Solidária a equipe de incubação trabalhou com a noção de preço justo. Onde equipe fez um levantamento de preços no mercado local, e discutiu com as famílias como seria a melhor forma onde se chegou ao que foram considerados valores ideais de comercialização (Wynnek, 2022). A partir dessa discussão se apontou a noção de preço justo, onde o justo seria tanto para o consumidor como para o produtor. Não se tratando do consumidor pagar o menor preço possível e nem do agricultor chegar à o maior preço de venda que pudesse. Ainda havia a proposta de os preços ficarem estáveis ao longo do ano, com pouca variação sazonal que é comum na agricultura. Os preços deveriam cobrir os custos e proporcionar um ganho ao agricultor. No trabalho de conclusão de curso de Wynnek (2022) se os consumidores apontarem que em geral os preços eram semelhantes ao preço do mercado convencional do varejo. Mesma percepção da equipe que em breves comparativos de alguns produtos apontavam que não eram preços muito mais altos, alguns produtos até tinham preço mais baixo (menos em dias de promoção). Mas todos concordavam que eram muito mais baixos que os dos poucos produtos orgânicos disponíveis em supermercados da cidade.

Em um primeiro momento as entregas eram mensais e se estabilizando em cerca de 15 encomendas todo o mês, a tentativa da IESol era manter um mínimo de 20 pedidos com um valor de cada um em torno de cinquenta reais cada uma. Com as próximas encomendas os pedidos ganharam força, e no valor mínimo em grande parte estava sendo alcançado, mesmo que não tivesse um mínimo de entregas previsto. O aumento de volume e as primeiras vendas já estimularam as famílias a buscar viabilizar um transporte próprio, pois o uso do veículo que a IESol tinha disponível era apenas para um impulso inicial, ainda tinha que transportar a equipe que trabalhava com o Maria Rosa com 4 pessoas e com bagageiro pequeno.

Verificando a viabilidade, se acordou com um dos agricultores que tinha um veículo para que duas pessoas fizessem toda a logística da entrega, assim ia ampliando a autonomia do grupo e aos poucos diminuindo a dependência da IESol. Assim, ao final de 2019 as entregas passaram a ser feitas pelas próprias famílias, proporcionando um contato

direto entre os consumidores e produtores e se tinha como local de entrega a Feira de Economia Solidária organizada pela IESol e a ser realizada de forma quinzenal a partir de fevereiro de 2020.

Em volume comercialização já se calculava que basicamente cobriam os custos com uma relativa margem aos agricultores, passando toda a logística de entrega as famílias se apontaram que os custos deveriam cobrir o valor do quilômetro rodado (inicialmente sugeriram pagar o combustível, mas a IESol apontou que existia também pedágio e eventual manutenção do veículo) e se sugeriu um valor um pouco abaixo do mercado do custo do uso de um carro. Ainda que os agricultores discutiram que as pessoas que fizessem a entrega teriam um valor de diária pelo dia que iriam à cidade e não estariam produzindo em seus lotes. O grupo apontou que neste momento a Cooperativa assumiria essa gestão, recebendo os valores e com um desconto de 20% para pagar essas despesas e para a gestão da cooperativa que neste momento praticamente não tinha movimentação financeira. Para ajudar nestes custos ainda se instituiu um valor para apoiar a logística de forma voluntária e com sugestão de valores diferenciados, pensando em pessoas com menor poder aquisitivo, como a maioria dos estudantes pudesse também usar. Em geral pessoas com pedidos maiores faziam essa contribuição que acabava diluindo no valor de sua compra.

Mas em março de 2020 com o início das medidas restritivas devido a pandemia de Covid 19, foi realizada uma entrega um dia após o início das restrições iniciais. Havia a discussão de suspender a entrega, mas ainda não havia sido notificado nenhum caso de Covid em Ponta Grossa ou Castro e as famílias já tinha colhido e organizado a maior parte dos produtos. Com a Universidade fechada a entrega em espaço ao lado da mesma procurando manter a distância entre as pessoas e ainda em um clima de grande apreensão devido as incertezas iniciais da Covid. Com as medidas restritivas através de contatos via aplicativos de mensagens foi decidido em um primeiro momento suspender a Rede, acreditando-se que as medidas restritivas seriam por um curto período.

Mas por outro lado com o período de confinamento devido a pandemia as famílias do Maria Rosa estavam sem renda e com a produção das hortas já começando a passar do ponto de colheita sem outra perspectiva de comercialização. A Universidade permanecia fechada e foi articulado um espaço na garagem da Caritas Diocesana, que era aberto e bem ventilado, para a realização de entrega. De forma on-line ainda foram

reforçadas as orientações para utilização todos os protocolos de segurança que começavam a ser divulgados como o distanciamento, uso de álcool em gel e máscaras. Para a primeira entrega durante a pandemia em abril de 2020, as encomendas que estavam em torno de 20 por pedido passaram para mais de 35 em quase todo o ano de 2020 (Wynnek e Moura, 2022). As apreensões da pandemia, a tentativa de distanciamento, as dificuldades em entrar em supermercados, a pandemia nos pareceu que fez com que mais pessoas se preocupassem com a alimentação. Da mesma forma, em um período que muitos estabelecimentos estavam fechados, aulas suspensas, ou mesmo em trabalho remoto os horários eram mais flexíveis e permitiam as pessoas ajustarem seus horários para se deslocar até a Caritas no horário das entregas.

No período de pandemia a Rede passou a ter um volume maior de encomendas. Neste período o sistema de pedidos somente via rede social se mostrou insuficiente. Pois era comum se perder no meio de várias mensagens e ocorrer algum erro nas entregas. Procurando melhorar o sistema, foi utilizado um aplicativo de formulários eletrônicos em sua versão gratuita (Jotforms) que com todas as funcionalidades e planilhas que fornecia facilitava bastante o trabalho de organização dos pedidos e evitava muitos erros com mensagens perdidas ou eventuais somas erradas.

Por outro lado, para evitar uma profusão de mensagens aleatórias, correntes e principalmente a organização da Rede, se sentiu a necessidade de trazer algumas regras mínimas de convivência no grupo na rede social. Então se desenvolveu um conjunto de diretrizes que foram discutidas com as famílias do Maria Rosa, e posteriormente com os consumidores. Esse documento apresentou os objetivos do grupo; os princípios; a prática do preço justo, a instituição de uma contribuição voluntária para apoiar os custos da logística; horários; locais de entrega (ao longo do tempo em alguns momentos forma realizadas entregas em locais alternativos) e outras questões que foram consideradas relevantes. (Rede...; et al, 2020). A administração do grupo na rede social ficava a cargo de coordenadores do Maria Rosa do Contestado e da IESol, esta última atuava como moderado sempre lembrando de manter o foco do grupo.

Sobre o perfil dos consumidores, destacamos que o mesmo é composto majoritariamente por mulheres, com uma renda acima de seis salários mínimos, profissões bem remuneradas e todos com alta escolaridade (Wynnek, 2022; Wynnek et al, 2023). Pode-se aponta que, em geral é um público com um nível de consciência em

relação aos problemas dos alimentos convencionais e benefícios dos agroecológicos. São pessoas geralmente preocupados com a saúde e com o cuidado da casa, apontando que é um papel social que quase sempre fica a cargo das mulheres, mas também se apontou a preocupação com questões ambientais e simpatia pelos movimentos sociais.

Durante os anos de 2020 a 2022, se introduziam algumas alterações para que a Rede se mantivesse. Destacamos que ao longo de 2020 as famílias conseguiram com sua cozinha produzir panificados e bolos e estas também eram ofertados aos consumidores da Rede. Com o tempo passaram também a produzir macarrão caseiro igualmente ofertada na Rede e que também passou a ser ofertada na Rede Produtos da Terra, que comercializava produtos agroecológicos e beneficiados por agroindústrias de assentamentos rurais e de agricultores famílias na Região Metropolitana de Curitiba. O fornecimento a essa Rede Produtos da Terra também proporcionou que produtos agros industrializados em outros assentamentos principalmente da Região Sul do Brasil fossem eventualmente disponibilizados na Rede Maria Rosa. A

A pandemia ainda apontou uma importante ação de solidariedade, mesmo com as condições precárias, limitações na comercialização, as famílias do Maria Rosa responderam as ações de doações de alimentos realizadas organizadas pelo MST foram realizados vários eventos de doação de alimentos, sendo os do Maria Rosa enviados a Região Metropolitana de Curitiba para doação direta ou apoio ao Programa do MST, Marmitas da Terra (doação de marmitas para população em situação de rua). Também foram doados alimentos a famílias no município de Castro, como a realizada em 08 de agosto de 2020. (MST, 2020).

Principalmente a partir da vacinação em massa contra a Covid e diminuição dos casos, cada vez mais atividades voltam ao trabalho presencial o que levou a diminuição do volume de encomendas, e se discutiu de atender uma demanda de entrega em casa. Havia uma discussão de proporcionar o contato direto dos consumidores e produtores, mas também a questão financeira não podia ser deixada de lado. Assim foi estabelecido um sistema de entregas em casa, para simplificar se apontou que teria um valor fixo para entrega em toda a área urbana de Ponta Grossa, para fazer essa entrega foi estabelecido um acordo com um prestador de serviço que traçava uma rota para que as entregas fossem realizadas.

A Rede além de proporcionar renda as famílias, articulou um grupo de cerca de 200 pessoas via grupo de *WhatsApp* que tinha interesse no consumo de alimentos

agroecológicos, e de alguma forma tinha simpatia pelos movimentos sociais. Pessoas desse grupo inclusive apoiaram no processo judicial sobre a área que somente finalizou em 2024, com ganho de causa as famílias e a determinação da realização do assentamento. Além disso a taxa de 20% que foi estabelecida para a Cooperativa fazer a gestão da Rede, após a conquista de uma determinação do Ministério Público que as famílias teriam direito a emitir nota fiscal apoiou durante o ano de 2021 o transporte de pessoas (lembrando que ainda a pandemia estava vigente com diversas restrições) até a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Castro, para que cada uma das 60 famílias pudesse emitir suas notas. Essa conquista foi muito comemorada pelas famílias que a partir deste ano começaram a elaborar projetos para os Programa de Compra Institucionais, como o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, o que representou um salto em termos de comercialização.

Por outro lado, ainda corria o processo judicial solicitando a reintegração de posse em nome da Fundação que utilizava irregularmente a área, buscava de alguma forma convencer a Justiça Federal que tinham interesse na área. Um dos argumentos apresentados que as pessoas não eram agricultoras e não contribuíam com impostos. Com a Rede do Maria Rosa mostrava-se que eles estavam produzindo e comercializando, e principalmente com a nota fiscal de produtor era um documento legal, que o Estado reconhecia as famílias como agricultoras.

No ano de 2023 ainda é conquistado, junto a Prefeitura Municipal de Castro um amplo espaço para o estabelecimento do Mercado do Produtor, um local fechado, com estandes para exposição e comercialização de produtos e anexo um local para organização das entregas para Programas de Compras Institucionais. Neste mercado além das famílias do Maria Rosa do Contestado, grupos de artesanato, alimentação, pescadores e outros fazem uma feira semanal oferecendo acesso a população de Castro a alimentos agroecológicos.

Até o ano de 2024 a Cooperativa já participava de entregas em 7 municípios da Região, abrangendo não só as famílias do Maria Rosa, mas também da Acampamento Padre Roque (35 famílias que já em grande parte participaram da ocupação do Maria Rosa) e de outras comunidades rurais da região. Em informação relatada por um dos diretores a Cooperativa teve um faturamento total de cerca de 4 milhões de reais em 2023.

Ao fim de 2023 e início de 2024 é confirmado que a área do Maria Rosa do Contestado, apesar de toda a pressão do agronegócio local pela sua não efetivação; será transformado em assentamento com capacidade para até 63 famílias. No dia 07 de março

de 2025 é finalmente assinada a portaria de criação do Assentamento Maria Rosa do Contestado.

Com o crescimento da oferta aos mercados institucionais e do mercado do produtor em Castro, surge a limitação da mão de obra no local, a Rede em Ponta Grossa já não era central na geração de renda local, e estavam com dificuldades em viabilizar sua continuidade. Dessa forma, a IESol em comum acordo com as famílias encerrou o processo de incubação e a Rede foi desativada, mas com o grupo passando para um processo de pós-incubação, onde ainda se mantém o vínculo com a incubadora, mas com assessorias mais pontuais no momento. Havia uma vontade de grande parte das famílias em permanecer na Rede, principalmente da Coordenação, pois reconheceram que a Rede foi um importante fator de geração de renda nos momentos mais difíceis da comunidade, algumas pessoas manifestaram um carinho especial pela Rede pois colocaram que foi o que viabilizou a comercialização deles e o acesso a documentação.

Com o fim da Rede do Maria Rosa do Contestado, os consumidores de Ponta Grossa buscam-se atender com outros produtores agroecológicos, como através da FESU – Feira Solidaria da UEPG (nome instituído em 2020 e onde um grupo de agricultores agroecológicos da comunidade Emiliano Zapata comercializa neste local).

## **CONCLUSÃO**

A experiência da Rede de Produtores e Consumidores Maria Rosa do Contestado, desenvolvida através da ação de extensão universitária da IESol/UEPG e da Comunidade Maria Rosa do Contestado, revelou-se um caso de construção de alternativas à comercialização para agricultores deste, agora, assentamento rural. Este estudo demonstrou como a articulação entre os princípios da Economia Solidária e da Agroecologia, aliada à metodologia da extensão universitária de base popular, foi fundamental para superar as limitações iniciais de escoamento da produção e garantir a geração de renda para as famílias, principalmente durante os períodos críticos como a pandemia de Covid-19 e na falta de acesso a documentação das famílias.

A Rede possibilitou ampliar a visibilidade do Assentamento Maria Rosa do Contestado como um espaço de resistência e produção agroecológica, mas também consolidou uma base organizativa entre os agricultores, culminando na formalização de sua atuação e no fortalecimento de sua autonomia. Isto é evidenciado ao assumirem a logística de entrega da Rede, na gestão da Cooperativa e no acesso aos mercados

institucionais e participação na gestão do Mercado do Produtor em Castro. O engajamento de consumidores conscientes e solidários, interessados em alimentos saudáveis e simpatizantes das causas dos movimentos sociais, foi um pilar essencial para o dinamismo e a expansão da Rede, reforçando a importância dos circuitos curtos de comercialização no fortalecimento da conexão entre campo e cidade.

Embora o processo de incubação da IESol com a Rede Maria Rosa do Contestado tenha sido encerrado em 2024 com esta área mantendo um vínculo com a IESol em um processo de pós-incubação, e com a desativação da Rede original em Ponta Grossa, essa transição não representa um fracasso, mas sim o sucesso da proposta. As conquistas alcançadas, como o direito à emissão de nota fiscal, a participação em Programas de Compras Institucionais (PAA e PNAE) e o estabelecimento do Mercado do Produtor em Castro, indicam que a Rede cumpriu seu papel. A experiência permitiu às famílias acessar mercados mais amplos e formalizados, garantindo uma maior segurança de renda e a sustentabilidade de suas atividades produtivas e organizativas a longo prazo.

Dessa forma, a trajetória da Rede Maria Rosa do Contestado ilustra que a interlocução entre Economia Solidária e Agroecologia é uma articulação importante para a construção de sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e solidários. O caso ressalta o papel vital da extensão universitária no apoio a essas iniciativas e na promoção de transformações socioeconômicas em contextos de luta por reforma agrária. Futuras pesquisas poderiam aprofundar a análise dos impactos de longo prazo da inserção das famílias nos novos mercados institucionais e locais, bem como o potencial do desenvolvimento de novas redes de consumo justo e solidária.

## Referências

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BRANDENBURG, A. Movimento ecológico na agricultura: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e meio ambiente*, Curitiba, n. 6, p. 11-28, 2002,

CARVALHO, A.M.R.; LAUER, E.C.; BASOLI, L.P. Rede de comercialização solidária Tem Bão. In: RAMOS, P.C. *et al.* Periferias no plural. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023. E-book. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/20799.pdf#page=203>. Acesso em 30 Jul 2024

DALROT, M.R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; ALENCAR, M.C.F.; ABREU, L.S. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e Brasil. *Ambiente e Sociedade*. São Paulo, v. XIX, n. 21. p. 1-22. Abr-jun, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC121132V1922016>. Acesso em 30 jul. 2024.

REDE de Grupos de Consumo Responsável. 22 de julho de 2020.

REDE de Produtores e Consumidores de Agroecológicos Maria Rosa do Contestado. Diretrizes Básicas. 2020. Disponível em [https://drive.google.com/file/d/1FkINI655JrmhUwFRT4x\\_bp1gE9Hghyae/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1FkINI655JrmhUwFRT4x_bp1gE9Hghyae/view?usp=sharing). Acesso em 11/07/2025.

MASCARENHAS, T.; GONÇALVES, J. Grupos de consumo responsável: práticas de consumidores baseadas no comércio justo e solidária. In: STELZER, J.; GOMES, R. *Comércio justo e solidário no Brasil e na América Latina*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração UFSC, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.consumoresponsavel.org.br/files/original/d2403dfc5c8440cf77508f937310c705.pdf>. Acesso em 02 ago. 2024.

MST. Doações do MST são “sinais de esperança e luta pela vida”, diz Bispo. *Brasil de Fato*. 07 de agosto de 2020. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/07/doacoes-do-mst-na-pandemia-sao-sinal-de-esperanca-e-luta-pela-vida-diz-bispo/>. Acesso em 13/07/2025.

SCHMITT, C.J.; TYGEL, D. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: Peterson. (Org.). *Agricultura familiar camponesas na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. Disponível em: <https://aspta.org.br/files/2011/05/N%C3%Bamero-especial.pdf#page=105>. Acesso em 30 Jul 2024.

SEVILLA GUZMAN, E. Agroecologia y desarrollo rural sustentable. In: CURSO INTENSIVO EM AGROECOLOGIA: Princípios y Técnicas Ecológicas Aplicadas a la Agricultura. 11., 2000.

SEVILLA GUZMAN, E.; LÓPEZ CALVO, A.I. Agroecologia y campesinado: reflexiones teóricas sobre las ciencias agrárias ante la crisis ecológica. *Actas de las Jornadas de História Agrária*. Almería, 19-23 de abril de 1993.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

WYNNEK, C.; MOURA, R.R. Consumo saudável e consciente: as percepções dos consumidores da Rede de Comercialização Maria Rosa do Contestado. In: SANTOS, E.D.; BRANDÃO, L.M.S; FREITAS, P.G. ( Orgs). *Meio ambiente, tecnologias e demandas contemporâneas para o desenvolvimento sustentável* Rio de Janeiro: e-Publicar, 2023. Disponível em: <https://editorapublicar.com.br/ojs/index.php/publicacoes/article/view/348/230>. Acesso em 10/07/2025.

WYNNEK, C. ; *et al.* . Do campo à mesa: uma análise do impacto da Rede de Agroecológicos Maria Rosa do Contestado na alimentação saudável de seus

consumidores. Revista Diversidad de las Culturas, v. 7, p. 1-174, 2024. <https://doi.org/10.5281/zenodo.15446791>. Acesso em 10/07/2025.

Wynnek, C. (2022). O perfil socioeconômico e as motivações dos consumidores da rede de comercialização do Acampamento Maria Rosa do Contestado pelo consumo de agroecológicos. Trabalho de Conclusão de Curso Serviço Social. Universidade Estadual de Ponta Grossa.